

SEXUALIDADE E GÊNERO NA EDUCAÇÃO: CONTEXTO ESCOLAR EM MACEIÓ E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS DEMANDAS

Silvio Rodrigo Laurindo Oliveira de Albuquerque¹

Fernando Lucas da Silva²

Thalita Carla de Lima Melo³

Psicologia



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Está cada vez mais frequente a discussão sobre sexualidade e gênero na educação. Variados setores da sociedade manifestam-se tanto a favor como contra as mudanças nos planos de ensino. O presente trabalho objetiva pensar em uma escola menos favorável a reprodução e perpetuação de violências, identificar os obstáculos que dificultam a promoção dos direitos humanos nas escolas e reforçar como as questões de gênero e sexualidade se fazem de extrema importância para uma educação que garanta vivências positivas com as diferenças. O trabalho foi feito em duas partes: 1) uma revisão literária, onde buscamos em artigos, livros e jornais eletrônicos dados para confortar ideias, 2) e uma pesquisa de campo onde foram feitas quatro entrevistas sendo duas em escolas particulares e duas em escola pública da rede estadual. Os dados nos mostraram que a dinâmica das relações de poder e as dinâmicas de legitimação e deslegitimação presentes no ambiente escolar precisam ser problematizadas. A Psicologia não pode se ausentar do ambiente escolar a fim de atuações inovadoras; a formação profissional necessita se adequar as demandas contemporâneas e as necessidades vigentes da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE:

Gênero. Teoria Queer. Pedagogia Queer. Psicologia Social.

ABSTRACT

It is increasingly frequent discussion of sexuality and gender in education. Various sectors of society are manifested both for and against changes in teaching plans. This paper aims to think of a less favorable school reproduction and perpetuation of violence, identify the obstacles to the promotion of human rights in schools and strengthen as gender issues and sexuality is extremely important for an education that ensures positive experiences the differences. The work was done in two parts: 1) a literature review, where we seek in articles, books and newspapers electronic data to comfort ideas, 2) a field survey where four interviews were conducted with two private schools and two public school state system. The data have shown that the dynamics of power relations and the dynamics of legitimation and delegitimation present in the school environment must be problematized; Psychology cannot be absent from school environment to innovative performances; vocational training needs to suit contemporary demands and the current needs of society.

KEYWORDS:

Gender. Queer Theory. Queer Pedagogy. Social Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Está cada vez mais frequente a discussão sobre sexualidade e gênero na educação. Diferentes setores da sociedade levantam suas bandeiras tanto a favor como contra as mudanças nos planos de ensino. Em Maceió, no ano de 2015, houve uma inflamada discussão que envolvia o Plano Municipal de Educação (FARIAS; RODRIGUES, 2015). Em um de seus itens continham medidas que pretendiam incluir temas como: orientação sexual, homofobia e equidade de gênero, mas que acabou por gerar reações de desconforto por parte dos grupos religiosos e políticos. O problema, entretanto, estava centrado na “ideologia de gênero” que, no entender dos grupos contra o PME, causaria problemas na formação das crianças induzindo-as à homossexualidade e à desestruturação da família tradicional.

A sociedade, apesar dos entraves políticos do processo histórico, adquire novos contornos. Levando-nos a pensar na reestruturação das noções que se solidificam ao longo do tempo e que assumem postura coercitiva com a diversidade e a autonomia dos sujeitos. Os conceitos fortemente cristalizados, como as noções de mulher e homem, além do discurso que naturaliza a heterossexualidade como única possibilidade, aprisionam o sujeito a um modelo hegemônico de expressão da sexualidade, alimentando noções desfavoráveis ao potencial de subversão do mesmo. A imposição da heteronormatividade assume contornos institucionais nos quais há uma repressão das identidades LGBT, sendo a escola e a família os locais onde assumem maior expressividade (JUNQUEIRA, 2009; BOEHM, 2016).

Em uma sociedade heterogênea e plural, analisar como os instrumentos da educação atuam a respeito da sexualidade e gênero significa apreender de que forma essa atuação pode reverberar na construção de um sujeito detentor de autonomia, a fim de transformar os processos de exclusão social. Por meio de uma revisão de literatura foi possível confrontar ideias e analisar perspectivas, retirando dados de livros, artigos e notícias de jornais eletrônicos com as palavras-chave: gênero, teoria queer e educação, pedagogia queer, sexualidade.

Na pesquisa de campo foram entrevistados quatro profissionais da educação, sendo dois de escolas públicas e dois de escolas privadas, que participaram espontaneamente, lendo e assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e, concordando com a cláusula de publicação das falas. A entrevista semiestruturada abordou temas sobre empoderamento, feminismo, gênero na educação, o projeto de lei Programa Escola Livre, discriminação e subversão.

Os objetivos do trabalho são: pensar, de acordo com os estudos queer, em uma escola menos favorável a reprodução e perpetuação de violências contra os que não se encaixam nos padrões; identificar os obstáculos que dificultam a promoção dos direitos humanos nas escolas e, sobretudo, reforçar como as questões relativas a gênero e sexualidade se faz de extrema importância para uma educação que garanta vivências positivas com as diferenças.

2 GÊNERO E SOCIEDADE: PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Nas últimas décadas estudos, trabalhos científicos e filosóficos se debruçam sobre as sexualidades e as questões de gênero. Esses tiveram alicerces nas lutas dos movimentos sociais em busca de equidade de gênero e no feminismo. A partir daí que a palavra gênero começou a se diferenciar de sexo, tornando-se “uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política” (LOURO, 2003, p. 21).

Os conceitos de gênero, em diferentes perspectivas, foram inseridos no campo da psicologia social com desconfiança, precedida de acusações de modismo acadêmico das psicólogas feministas que buscavam inserir debates nas universidades com fortes críticas ao tradicionalismo da ciência moderna e positiva na qual a psicologia se apoiava. As críticas feministas sobre o sexismo e a desigualdade de gênero, possibilitaram abertura às críticas de outros movimentos, como o Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), que adentraram nos debates com sua visão contrária a heterossexualização da sociedade, assumindo um caráter mais próximo a Psicologia Social Crítica, abrindo caminhos para os estudos de gênero e a integração da diversidade (PERUCCHI, 2009).

Admite-se que gênero é uma construção social e histórica, mas que não nega a biologia. É uma representação construída sobre os corpos sexuados. O conceito traz o debate para o âmbito social, pois admite que seja nele que ocorrem e se reproduzem as articulações entre os sujeitos. A temática sobre o gênero e a sexualidade é reinserida no campo social, promovendo um afastamento do foco nas diferenças biológicas e, abarcando compreensões nas formas de representação, arranjos e recursos

sociais para discutir e justificar as desigualdades pautadas pelo tema (LOURO, 2003).

O gênero emerge para desestabilizar o caráter outrora essencialista e biologicista dos discursos sobre o que seriam homens e mulheres. Interpela-nos a considerar contextos, pois nos coloca de frente a uma realidade onde “observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades e os momentos históricos, mas no interior de cada sociedade, ao considerar os diversos grupos [...] que a constituem” (LOURO, 2003, p. 23).

O conceito de gênero e sexualidade adotado nessa obra é trabalhado nas noções dos estudos queer, que admitem que o gênero esteja aliado as identidades dos sujeitos e que, portanto, não são definitivas, delineadas e prontas. “Na proposta queer, o conceito de gênero é reposicionado [...] entendendo que a identidade sexual é, também, uma construção sócio-histórica, política, discursiva, não tendo nada de fixo, estável e definitivo” (BORGES, 2014, p. 284).

A Teoria Queer dialoga com a multiplicidade das diferenças humanas, admitindo a existência de um ser humano subversivo, capaz de desconstruir padrões e perspectivas cristalizadas. Para Swain (2001, p. 94) o queer é “um caminho para a criação e a manutenção de uma polimorfia de um discurso que desafia e interroga a heterossexualidade”.

A teoria possui fontes nos estudos de Foucault sobre a sexualidade e nas obras sobre gênero de Judith Butler, que analisam a sexualidade como construção histórica e social que pode ser repensada por meio de críticas contra o conservadorismo. Essa teoria não se resume à sexualidade, mas combate valores hipócritas usados como justificativas para a discriminação. Não envolvem apenas gays, mas todos os que fogem aos padrões da normalidade (NINO; PIVA, 2013).

Para Butler, o gênero, quando determinado por fatores biológicos, conceitua o sexo como algo natural que assegura o binário homem/mulher e possibilita uma manutenção da heteronormatização. (OLIVEIRA ET AL., 2012). Borges (2014, p. 284) explica que:

O que Butler enfatiza é o caráter performativo dos discursos na formação do sujeito sexuado/sexual [...] esse processo é feito através da reiteração das normas [...] ocultando as convenções das quais ela é uma repetição, fazendo com que se criem ilusões de naturalidade sobre corpos [...].

Segundo Torres e Vieira (2015, p. 46) os “grupos conservadores acirram seus ataques, realizando desde campanhas de exaltação dos valores tradicionais da família até manifestações de máxima hostilidade e violência física”. O embate entre as “minorias”, não como inferioridade numérica, mas como maioria silenciosa, contra grupos conservadores merece uma especial atenção de estudiosos culturais e educadores quanto ao seu caráter transformador e instável. A grande questão a ser pensada não está apenas concentrada em observar o crescimento das posições de gênero e sexuais e na impossibilidade de analisá-los por meio de esquemas binários, mas também aceitar que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e que a posição social dos que atravessam é marginal (LOURO, 2001).

O movimento homossexual entra nesse embate por aceitação e pela incorporação de um grupo violentamente marginalizado, interpelando os ditames da padronização do comportamento que atropela o direito de efetividade social dos homossexuais. Quanto mais dissonado do modelo tradicional de normalidade for o sujeito mais preconceito e rejeição sofrerá (NINO; PIVA, 2013). Louro (2001, p. 545) nos adverte que:

[...] escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as 'novas' práticas, os 'novos' sujeitos, suas contestações ao estabelecido. A vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada.

Junqueira (2013, p. 482) pontua que a escola é um “espaço de produção, contestação e disputas, abriga relações de poder, formas de controle, possibilidades de conformismo e resistência”. É local onde normas sociais criam contornos nas vidas dos sujeitos e onde se produz desigualdades, segregações, classificações e ordenamentos (LOURO, 2003). Portanto, cabe refletir sobre a escola, seus instrumentos e mecanismos de segregação e as dificuldades para a promoção dos direitos humanos, uma vez que “a escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos [...]” (JUNQUEIRA, 2009, p. 14).

Com a crescente visibilidade do movimento LGBT, a luta pelos direitos humanos e maior visibilidade de abordagens do tema pela mídia, a heteronormatividade assumida no âmbito escolar vem sofrendo questionamentos e revisões nos últimos anos. O Governo Federal com seus programas contra a homofobia, o Ministério da Educação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e algumas secretarias estaduais e municipais apoiadas por Organização Não Governamental (ONG) promovem embates e articulações na rede pública de ensino por meio de seminários, cursos, teatro e oficinas que objetivam discutir sobre tema com docentes e discentes (OLIVEIRA ET AL., 2012).

3 GÊNERO E EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS

A escola vem atuando de modo a tornar tenaz a tolerância e a compreensão das diferenças, pois “ao imporem a heterossexualidade como obrigatória, também controlam o gênero” (JUNQUEIRA, 2013, p. 484). É preciso se dispor a pensar em formas de inserção das identidades de modo a abrir os caminhos para uma educação que garanta uma vivência positiva com as diferenças, abertas a grupos sociais de profunda

opressão histórica como os LGBT. Apesar da melhora nas condições de permanência em algumas escolas, questões como o nome social e o uso do banheiro por parte de alunas(os) travestis e transexuais ainda são problemáticas e conflituosas, o que nos mostra que as discussões de gênero na escola é de vital importância (TORRES; VIEIRA, 2015). Alves e Moreira (2015, p. 64) alertam que:

[...] apesar das diversas normativas de legalização do uso do nome social existentes no Brasil, o prático educativa ainda se distancia muito do texto prescrito, reforçando a urgência de um monitoramento das políticas públicas educacionais brasileiras, para além da elaboração e implementação das mesmas.

Ainda que a hostilidade aconteça sobre todo o alunado, é nos jovens que estão em processo de construção da identidade sexual e de gênero que efetivamente acontece a provação de direitos que afetam a subjetividade, as relações sociais, o sucesso e rendimento na escola; além de causar intimidações, inseguranças, isolamento e simulação para estar de acordo com os padrões e desinteresse na escola que pode acarretar possíveis desistências e evasões.

Danos como estes ainda refletem no processo de expressão identitária que acaba sendo estigmatizado com efeitos negativos na autoestima e na vida socioafetiva do jovem (JUNQUEIRA, 2009). Para que esse processo tenha freio é interessante nós “pensarmos na nossa prática cotidiana para que a escola seja um espaço tanto acolhedor quanto de reflexão em relação aos nossos questionamentos identitários” (NETO, 2015, p. 31).

Os estudos queer auxiliam nos processos de desconstrução das noções de normalidade, para que possamos pensar para além do binário e da heteronormatividade institucionalizada. Para Neto (2015, p. 30) as noções queer pretendem “contribuir com a escola observando a fluidez e mobilidade da sociedade afirmando que as instituições de ensino não devem se fixar em modelos únicos e precisos já que tais ideais acabam por afastar certos indivíduos”.

Em nossa cultura a heteronormatização parece ser mais visível em relação ao gênero masculino, pois desde pequenos são expostos a uma reforçadora construção de uma sexualidade heterossexual, enquanto meninas e mulheres possuem uma maior gama de expressões, sobretudo nas relações de amizade, que se dão de uma forma íntima com abraços, beijos, mãos dadas e declarações que beiram uma relação amorosa ou sexual. Nos meninos essa relação é um pouco mais fria, com troca de confidências e contato físico cercado de restrições. Um homem homossexual ou uma lésbica que transgrida a regra da heterossexualidade são muitas vezes qualificados como “mulherzinha” e “mulher macho”, respectivamente, representando que não só sua identidade sexual foi afetada, mas também houve uma “perda” de seu gênero “original” (LOURO, 2009). Para Junqueira (2013, p. 486):

[...] as operações de heterossexualização compulsória implicam processos classificatórios e hierarquizantes, nos quais sujeitos ainda muito jovens podem ser alvos de sentenças que agem como dispositivos de objetivação e desqualificação [...] essas crianças e adolescentes tornam-se, então, alvo de escárnio coletivo sem antes se identificarem como uma coisa ou outra.

Quando um garoto serve como objeto de chacota por parte dos professores e colegas de escola antes mesmo de se identificar como gay, convivendo diariamente com zombarias e outras formas de assédio e violências de cunho discriminatório, ofensivo, preconceituoso, pode-se refletir que desde cedo os estudantes se utilizam desse comportamento como alavanca de hostilidade contra a homossexualidade sem ainda possuírem a mínima ideia do que estão se referindo. Essas formas ignóbeis de tratamento são atos abertamente homofóbicos, além da submissão de vigilância e validação constante nas formas como os rapazes se portam, andam, falam, gesticulam etc. (JUNQUEIRA, 2009). Em decorrência desse processo, Seffner (2009, p. 132) pontua que:

O estigma e a discriminação são barreiras à construção da cidadania plena de qualquer indivíduo. Não devem, portanto, ser admitidos no espaço escolar. Isto não vale apenas para os indivíduos que apresentam orientação sexual diferente daquela tida como normal.

Na escola observa-se que as normas e imposições de identidade de gênero e orientação sexual, fazem parte do contexto escolar e das relações nele existente (NETO, 2015). É preciso pensar maneiras de intervenção em conjunto com os profissionais da educação, aliado a políticas públicas e considerar melhor capacitação desses profissionais para que estejam preparados a essas novas demandas, a esses novos arranjos de relação com a sexualidade, identidade de gênero para a promoção dos direitos humanos. Torres e Vieira (2015, p. 56) concordam que “essa inserção permitiria prevenir, através do diálogo constante, situações de violência de gênero e de orientação sexual e oferecer recursos para a mediação de conflitos”.

É possível a inserção da teoria queer numa abordagem da educação sexual? Ao refletir sobre essa questão, é interessante discorrer que uma postura pedagógica que se utiliza das noções queer é contra toda e qualquer tentativa de normatização da sexualidade. Logo, seria possível a discussão didática de como cada identidade é construída para, por meio de intervenções críticas, desconstruí-las e expor de que forma a normatização é um produto histórico, político e instável, sendo assim, passível de mudanças (FURLANI, 2009).

Por meio de uma pedagogia que não propõe uma resolução de problemas, mas problematiza e desconstrói o que por ventura venha se naturalizar nas relações dentro da escola (relações de opressão, violências simbólicas, psicológicas e físicas) e desestabilizá-las, é que acontece a promoção dos direitos humanos, pois admite diá-

logo com as diferenças, com a subversão dos valores ditos naturais e a autonomia dos sujeitos. Neto (2015, p. 30) discorre que “um olhar queer para a prática pedagógica procuraria observar as variadas possibilidades de expressão da sexualidade sem que exista a necessidade de rótulos ou identidades fixas”.

A escola, já que assume papel relevante na formação dos sujeitos, deve ser pensada a criar nichos de diversidade que apreenda e acolha o sujeito contemporâneo com todas as suas novidades. Contudo, vem se mostrando uma “instituição fortemente empenhada na reafirmação e na garantia de êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero, colocando sob vigilância os corpos de todos (as)” (JUNQUEIRA, 2013, p. 483).

Para uma educação de qualidade é preciso se preocupar com a temática de gênero e diversidade sexual, pois seu caráter de inclusão escolar, respeito e valorização é de extrema importância. O tema possui um caráter polêmico e bastante complexo e a escola tem diversos meios de articular, interagir, e produzir materiais pedagógicos minuciosamente planejados que favoreçam cursos e eventos sobre sexualidade. Além de poder abordar o tema em diversas disciplinas para emergi-lo com base nas demandas e vivências dos alunos, a escola pode, também, se aliar com movimentos sociais, ONGs, universidades e outras escolas e abordar o tema dentro de seus objetivos pedagógicos (SEFFNER, 2009).

Consoante com Junqueira (2009, p. 13), “diante do anseio de construirmos uma sociedade e uma escola mais justas, solidárias, livres de preconceito e discriminação, é necessário identificar e enfrentar as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos”.

4 “LEI DA MORDAÇA” E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

A perspectiva abordada nesse estudo permite que percebamos o sujeito determinado pelo contexto sociocultural em que se insere. Esse contexto é permeado por aproximações ou afastamentos diante de significações estereotipadas que mediam as diferenças e tensões surgidas entre os seres nas escolas. Diante desses fatos, qual a gama de atuação do psicólogo no âmbito escolar e como estes podem nortear os profissionais de educação nas questões relacionadas a gênero e a diversidade?

Antes de discorrer sobre as respostas, vale salientar sobre uma lei promulgada em 09/05/2016, pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, de nº 7.800, denominada Programa Escola Livre, validada para servidores públicos, que atende princípios de neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, pluralismo de ideias no âmbito acadêmico, explicando ser o educando a parte mais vulnerável na relação de aprendizado, resguardando assim o direito dos pais de que seus filhos sejam educados livres de qualquer influência moral, ideológica, política ou religiosa. Ficam vedadas então, práticas educativas que induzam aos educandos opiniões político-partidárias, religiosas ou filosóficas. Se houverem disciplinas que abordem tais temas, os pais ou responsáveis podem desautorizar a frequência dos filhos nas mesmas.

Batizada, sem sutilezas, como Lei da Mordaça, professores e estudantes não reagiram muito bem à validade da Lei nº 7.800, contudo, seus protestos e invasões à

Assembleia Legislativa, junto aos debates promovidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre a inconstitucionalidade da lei não conseguiram barrar o trâmite para a sua publicação.

Na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, no Artigo 206, há o contraponto à Lei 7.800, onde está explicitado que o ensino é ministrado com base na igualdade de condições de acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; além de uma gestão democrática do ensino público, na forma da lei. Gesser e outros autores, (2012, p. 230) explica que:

[...] embora no Brasil ainda não haja nenhuma lei que regulamente o trabalho voltado à educação sexual nas escolas, existem vários documentos que respaldam o desenvolvimento de intervenções nessa área, visando tanto à prevenção de doenças e promoção de saúde como também à garantia dos direitos humanos.

Os documentos citados incluem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – na Lei 8.069/90 e o Movimento Brasil sem Homofobia, que consolida direito à educação, promovendo valores de respeito à paz e a não-discriminação por orientação sexual; e o direito à saúde com atendimentos e tratamentos igualitários. No Brasil, apesar desses documentos que ajudam na interpretação e aplicação do tema, quando se trata de sexualidade e reprodução, somente aspectos negativos, como violência, abuso e exploração sexual, são evidenciados, abafando os pontos positivos do exercício da sexualidade (VENTURA; CORREIA, 2006).

Diante dessas informações polêmicas, como deve se deve articular o Psicólogo escolar quanto às questões de Gênero e diversidade? No pontuado contexto, é provido métodos de atuação que são intrinsecamente fundamentados com concepções filosóficas, ideológicas, religiosas e morais, mas que passam a ser vistos como contrários à lei. No decorrer desse estudo foram expostos o reconhecimento e a importância da discussão de gênero e sexualidade e seu poder de intervenção nas escolas; Ao experimentar vivências de discriminação de gênero e sexualidade no ambiente escolar, o Psicólogo deve nortear as concepções e posicionamentos dos educadores para que proporcionem a criação de formadores e formadoras de opiniões que possam ser discutidas e reinterpretadas, tendo em vista a promoção e garantia dos Direitos Humanos pautados numa perspectiva ético-política de sexualidade e educação inclusiva.

Logo, é de suma importância que os Psicólogos se mantenham inteirados e atualizados com o tema; sua atuação *seja a posteriori*, e que sejam mediadores de reflexões críticas sobre o discurso da sexualidade num espaço onde os professores discutirão pensamentos sobre os preconceitos, mitos e tabus do cotidiano para desenvolver estratégias de intervenção na educação sexual dos jovens (COSTA E RIBEIRO, 2011; GESSER ET AL, 2012; ÁVILA ET AL, 2011).

Deparamo-nos, voltando ao conteúdo da Lei nº 7.800, a Escola Livre, com um paradigma cruel sobre a atuação dos Psicólogos e profissionais da educação. Ainda que haja leis, profissionais, materiais de estudo, referências e avanços relevantes na discussão sobre a sexualidade nas escolas, há um impasse controverso pautado na normatização incessante e exaustivamente discutida que procura vetar qualquer manifestação positiva a respeito da expressão, saúde e educação sexual de jovens e a ação dos educadores e auxiliares desse processo.

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOS ÂMBITOS PÚBLICO E PRIVADO

Diante de conclusões com certa distância do que realmente se trata, as perspectivas que circundam a sociedade sobre o gênero e sexualidade na educação se mostram temerosas, indicando que o tema ainda é tabu. O espanto de alguns dos profissionais entrevistados proporcionou um vislumbre do que acontece nos ambientes educacionais. E a falta de um Psicólogo que possa estabelecer mediações e norteamento para as demandas escolares sobre a diversidade sexual foi observada com sutileza e incômodo. A educação em Alagoas ainda vive grandes chagas. Laurindo (2013, p. 12) fala da “banalidade com a qual vem sendo tratada a temática ‘educação’” e nos adverte que Alagoas está “no ápice do fracasso escolar, mesmo quando o aluno consegue adentrar a escola”.

A escola privada tem em suas características mais marcantes a lógica de quem manda e quem obedece. É muito complexo desconstruir certas noções que se cristalizam no ambiente escolar, relações de poder, hierarquias e processos de castração da atuação do professor. De acordo com a entrevistada “A”, quando questionada sobre a articulação dos profissionais da educação e da escola em relação às identidades trans e suas interpelações, ela diz *“A escola não...Tem sido disponível e ao mesmo tempo não, por que a gente fica no meio termo esperando a decisão de quem pode decidir. A escola fica no aguardo dessa decisão”*.

A escola fica a espera de decisões vindas dos que gerenciam o ambiente escolar, nos deixando inclinados a crer que a educação se apresenta subordinada a uma compreensão normativa, uma lógica que segue cronogramas pedagógicos que não dão espaço necessário a modificações que possam abranger diversidade sexual, por exemplo, em sua estrutura.

A não abertura a programas que se disponham a diversidade sexual e de gênero é sintomático, visto que a sociedade precisa enfrentar esses dilemas que perpassam vidas, significações, representações e identidades. As identidades trans vêm almejando maior evidência nos mais diversos cenários da vida pública e a escola não pode se excluir dessa conjuntura. Consoante com Lionço e Diniz (2008, p. 309):

A escola é um espaço de construção de novas práticas sociais e saberes compartilhados. A vida escolar não se resume à socialização formal de crianças e adolescentes, pois é também

uma experiência potencial de revisão e crítica de práticas sociais injustas e discriminatórias.

Não se pode deixar de dizer que, apesar da submissão dos professores da rede particular de ensino, há grande prevalência da vontade de efetuar essas mudanças. A entrevistada "B", depois de ser perguntada sobre a possibilidade de gerar alunos com consciência crítica e autônoma, respondeu que "a intenção é essa: que ele seja crítico e que ele adquira sim autonomia em seus conhecimentos e no que ele vai expor. A intenção é essa". A disponibilidade para gerar essa consciência é um ponto muito positivo e que os profissionais da educação precisam manter em suas aspirações para que se possa ampliar possibilidades e facetas múltiplas das expressões humanas.

As subjetividades em choque do ambiente escolar deixam marcas na identidade de cada um de nós. Podemos ver isso na fala do entrevistado "C" quando fala que "a gente tem professor que diz: aluno fulano de tal, que tem um 'jeito'. Eu fico até com medo de dizer que é homossexual". Dinis (2011, p. 40) diz que "a linguagem também é um fator de exclusão e de expressões de preconceito". Constatamos, a partir das nossas observações, que entrevistados nem ousavam dizer os nomes "homossexual", "gay" ou "lésbica", procurando desviar-se para a expressão "pessoas com essa condição".

A incapacidade de expressão e a recusa, presentes nesses discursos faz perceber teórica e praticamente que o modo como se solidificam as relações de gênero e sexualidade são problemáticas em nossa sociedade. A dificuldade de ver a expressão das chamadas minorias sexuais faz parte do repertório nas relações de poder. Os espaços de expressão são cerceados pela regra hegemônica do heterossexismo que dificulta diálogos e legitima a discriminação à população LGBT ou qualquer ser que se desvie de seus padrões. Sendo assim:

[...] questionar os limites e os preconceitos no uso da linguagem constitui também um exercício de resistência a processos de discriminação e exclusão e devem ser encorajados no espaço da educação. Um conceito é sempre uma tentativa de simplificar por meio de uma palavra, criada em um determinado contexto histórico-cultural, uma complexidade de experiências, no caso da sexualidade, uma complexidade de experiências com nossos corpos, com nossos prazeres e com outras pessoas. (DINIS, 2011, p. 41).

A busca por profissionais de Psicologia nos espaços escolares, públicos e privados, foi frustrada pela prevista ausência e aparente irrelevância, apesar de já ter sido exposto que teoricamente o profissional da Psicologia seria de extrema valia para o norteamo dos profissionais de diversos temas que permeiam as relações psicossociais, incluindo a diversidade e inclusão. De acordo com Arreguy (2014, p. 234):

A ausência de psicólogos na maioria das escolas públicas não é um fato isolado. Possui uma história, cuja condição micropolítica assinala embates e dissidências, apontando a disputa de poder e certo corporativismo no campo das práticas educacionais, sobretudo quando se trata da difícil relação entre pedagogos e psicólogo

Na escola pública, apesar das hierarquias do ambiente de trabalho, percebe-se mais autonomia em relação aos professores que se mostraram abertos à temática, porém, apresentaram detalhes difíceis da realidade escolar, aspectos mais complexos da sociedade, como a pobreza, situações de vulnerabilidade social e violência. Vivenciando a contradição, os professores da rede pública mostraram desenvoltura quanto ao tema, além da disposição de falar sobre. Apresentaram os dilemas da sociedade como um todo, pois reconhecem que é preciso uma compreensão de coletividade e participação no âmbito público, democratizando acessos.

O entrevistado "C" alerta: "Vamos precisar muito de psicólogo, que pena a escola não tenha". A Psicologia tem se ausentado da educação, sobretudo a pública, e buscar por esses caminhos é necessário a construção de perspectivas diferentes na educação. O Psicólogo poderia vir a ser instrumento para problematização no ambiente escolar, desconstruindo noções e participando dos processos. O entrevistado também faz um chamado:

Isso pode ser uma luta de vocês, um concurso no estado, na prefeitura e nos órgãos que exija psicólogo em escola, por que tinha isso. Por que o orientador ele é coordenador, psicólogo, coordenador pedagógico, tudo. E ele vai dar conta disso tudinho? Não dá. Por que cada um tem a sua área de atuação. Foi, fez aquele curso, sua graduação para isso. O pessoal fica com raiva mais eu sempre digo: ele está tomando o lugar do psicólogo.

Uma das questões levantadas pelo entrevistado "D" quando solicitado a falar sobre a possibilidade de uma educação voltada para a autonomia e crítica no contexto de Maceió, foi a má formação do profissional da educação. Segundo ele:

A gente tem formado professor... a cada ano a gente tem formado professor de uma qualidade mais desejável, a gente fica muito a desejar. Os caras estão saindo da universidade e eu pessoalmente não vejo uma melhora nessa perspectiva não, de você criar um ser pensante não. Infelizmente [...]

O profissional vem das universidades sem a preparação para o contraditório e para o diálogo com as diferenças, o contexto escolar vive esses conflitos o tempo inteiro, principal-

mente no que se diz respeito a gênero e sexualidade e ao machismo, que é muito presente no ambiente escolar, salientando que quanto mais periférica é a escola mais expressiva é a questão. Nesse contexto, é necessária uma estrutura complexa de profissionais que busque incessantemente o aprofundamento de seus conhecimentos e de práticas escolares a fim de alcançar a tão desejada inclusão e educação para todos (ARREGUY, 2014).

Em relação às identidades trans e travestilidades, as escolas públicas e privadas não se articulam, não se faz presentes no dia a dia do transexual e transgênero. O entrevistado “D” pontua que a escola:

[...] discrimina e não é brincadeira não. É professor que discrimina, aluno que discrimina e eu acho o seguinte, esses seres divergentes, eles são sobreviventes, cara, em escola. É raro que você pegar um aluno, que tenha esse comportamento divergente, que não é o comportamento padrão de homem e de mulher, por exemplo, é raro você pegar um aluno desse que entrou na escola, fez o médio na escola e saiu. Você não tem não, é raro. Você tem um aluno que fica pulando de escola em escola, tentando conviver ele mesmo. Por que a escola não convive, aí quando a escola não convive expulsa ele, entre aspas, expulsa de uma forma branca.

O desafio do nome social é expressivo, o reconhecimento dos não-binários, dos que não se encaixam nos padrões não se reflete na realidade, a escola nos traz essas questões para serem pensadas. Desestabilizar as compreensões e representações de um ambiente que já possui uma lógica preestabelecida no modelo hegemônico é tarefa complexa e carece de mais atenção.

O panorama educacional público em Maceió reflete os danos de uma política voltada para o massacre das identidades de periferias. O entrevistado “D”, em sua fala, afirmou “se a gente for andar e a gente vê Maceió como cresceu, o crescimento da periferia física e da psicológica também eu acho... Tomara que um dia a gente mude”. Essa fala vem confirmar que o contexto público da educação vive no centro de conflitos difíceis, quando se fala em uma periferia psicológica, o entrevistado se refere à marginalização via linguagem. O discurso que se agarrou nas identidades como única forma de vida e possibilidade. A margem física se torna psicológica quando contextos de opressão são legitimados pela sociedade, pelo estado e pelas instituições, que compõem discursos violentos contra a periferia e a pobreza.

Sobre a questão do machismo na escola o entrevistado “D” confirma

Mulher em escola é massacrada, menina em escola é massacrada. E o pior é que ainda aceitam aquela posição. Não é raro você chegar aqui no corredor e ver um cara grandão oprimindo a menina e a menina naquela posição muito feminina, de mulher da caverna aceitando aquelas coisas. E a escola não tem nenhuma forma de intervir nisso.

Esse processo de naturalização não ocorre de forma deliberada, mas quando tem legitimidade das instituições e das relações de poder. A escola que não tenta desestabilizar os processos de opressão das identidades femininas também legitima violências contra os LGBT, já que a lógica machista e heterossexista legitima o solapamento dessas identidades. As relações de gênero dizem respeito ao cotidiano, as nossas visões de mundo e representações, diante disso, o contexto educacional vem reforçando essa lógica (LOURO, 2003).

A entrada do feminismo no ambiente escolar também se constitui um tabu. A entrevistada "B" fala que "O feminismo ele é muito difícil e complicado. A maioria das pessoas não vê. Mistura, deturpa, confundem com o machismo. A escola ela não adentra, ela não influencia. Ela tenta transmitir, ela tenta mostrar, mas não formar". As compreensões sobre o percurso do movimento feminista, suas aplicações na sociedade e na política são incipientes e cheias de mitos.

Ainda que a desconstrução dessas noções seja complicada, ignorar a forma como as escolas gritam por essa temática também é sintomático. Se a escola não forma feministas, ela, em sua lógica normativa e sexista, produz machistas; aceitando o modelo hegemônico de educação, não tomando pauta as relações de poder que perpassam os gêneros, restam para qualquer expressão feminina à naturalização da opressão de gênero e discriminações.

Em relação à educação infantil, percebeu-se grande resistência quanto a esses temas, ignorando que a formação da identidade se dá num processo relacional com o mundo, com as pessoas e com as representações. Maia e outros autores (2011, p. 26) discorrem que as identidades:

[...] se constroem durante a vida do indivíduo desde seu nascimento, nas relações que são estabelecidas entre a criança e as pessoas com quem convive, sejam elas outras crianças, adolescentes ou adultos, e também entre a criança e os diversos objetos culturais aos quais têm acesso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados oferecem um panorama dramático do contexto de Maceió em relação à sexualidade e gênero. A análise dos dados percorrida pretende concluir, preencher lacunas, mas que sejam problematizadora e desconstrutora dos padrões.

A Psicologia precisa responder as demandas da sociedade de maneira mais incisiva, compreensiva e viabilizadora de transformação social. Atemos-nos a uma necessidade de possibilitar trânsitos, trocas e compromissos. Maceió nos traz inúmeros desafios já que compreende uma capital de um estado onde os índices de desenvolvimento são baixos e incipientes. Ora, não devemos nos perguntar o que se deve fazer, mas empreender uma busca por considerar cada possibilidade como expressão, como corpo, como linguagem.

Ao confrontar os conflitos da vida concreta, das relações de poder, das dissonâncias e representações do cotidiano ficamos inclinados a desatar complexos nós que criamos em nosso dia a dia, cerceando corpos e atitudes, calando diferenças e lapidando o que não quer ser enquadrar. Sendo assim, precisamos potencializar e afirmar as diferenças e compreender que o estranhamento das nossas realidades, o estranhamento que temos quando vemos algo diferente de nós é algo positivo, pois afirma a vida e a diversidade. Precisamos escorrer pela linguagem e seus signos a fim de possibilitarmos trânsitos e novos arranjos.

REFERÊNCIAS

ALVES, C.E.R.; MOREIRA, M.I.C. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans) subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, v.17, n.3, Barcelona, 2015. p.59-69. Disponível em: <<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-alves-moreira>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

ARREGUY, M.E. Violência e ausência de psicólogos nas escolas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.24, n.1, Rio de Janeiro, 2014. p.229-252, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000100229&lng=pt&tlng=en> Acesso em: 4 jun. 2016.

ÁVILA, A.H. *et al.* Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar. **Psicol. Estud.**, v.16, n.2, Maringá-SP, abr-jun, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000200012&lng=pt>. Acesso em: 4 jun. 2016.

BOEHM, C. Pesquisa mostra que discriminação contra homossexuais está presente em escolas. **AGÊNCIA BRASIL**, 25 de mar., 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/pesquisa-mostra-que-discriminacao-contr-homossexuais-esta-presente-em>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BORGES, L. S. Feminismo, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias... **Psicologia & Sociedade**, v.26, n.2, Belo Horizonte, maio-ago. 2014. p.280-289. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200005>. Acesso em: 29 mar. 2016.

BRASIL. Constituição. **Capítulo III: Da Educação, Da Cultura e do Desporto**. Seção I: Da Educação, Art 206, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Lei nº 7.800, de 05 de maio de 2016. Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o programa "Escola Livre". **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, v.104, n.329. Maceió-AL, 2016. Disponível em: <<http://doeal.com.br/>> Acesso em: 4 jun. 2016.

COSTA, A.P.; RIBEIRO, P.R.M. Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia. **Estudos Feministas**, v.19, n.2, Florianópolis, mai-ago, 2011. p.475-489. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a11.pdf>> Acesso em: 4 jun. 2016.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, n.39, Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

FARIAS, M; RODRIGUES, C. Discussão de gênero inflama sessão na Câmara de Maceió sobre o PME. **G1 AL**, 4 de set., 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/09/discussao-de-genero-inflama-sessao-na-camara-de-maceio-sobre-o-pme.html>> Acesso em: 24 mar. 2016.

FURLANI, J. Direitos humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia Queer: o que essas abordagens tem à dizer sobre Educação Sexual? In: Junqueira, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009. p.293-323.

GESSER, M. *et al.* Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. **Psicol. Esc. Educ.**, v.16, n.2, Maringá-SP, jul-dez, 2012. p.229-236. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000200005>. Acesso em: 4 jun. 2016.

JUNQUEIRA, R.D. **Homofobia nas escolas: um problema de todos**. In: Junqueira, R.D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009, p. 13-51.

JUNQUEIRA, R.D. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, v.7, n.13, Brasília, jul-dez. 2013. p.481-498. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/320>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

LAURINDO, A.C. **Construção da alma alagoana**: de Graciliano aos nossos dias. Maceió: Q-Gráfica, 2013.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. **Rev. Psicologia Política**, v.8, n.16, São Paulo,

2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2008000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 jun. 2016.

LOURO, G.L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudo Feministas**, v.9, n.2, Florianópolis, 2001. p.541-553. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes Ltda., 2003.

LOURO, G.L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R.D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009. p.85-93.

MAIA, A. *et al.* Relações de gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. **Psic. Educ.**, n.32, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100003>. Acesso em: 6 jun. 2016.

NETO, J.N. Questões de identidade(s) de gênero(s) e orientação sexual: uma abordagem através da Pedagogia Queer. **Revista Espaço Acadêmico**, v.14, n.168, Maringá, 2015. p.27-34. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27365/14610>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

NINO, A.; PIVA, P.J.L. O cotidiano escolar e os impactos da teoria queer face a pedagogia heterossexista. **Sapere Aude**, vl.4, n.7, Belo Horizonte, 2013. p.501-505. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/viewFile/5578/5513>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

OLIVEIRA, A.L.A.R.M. *et al.* Os estudos sobre gênero e diversidade sexual e as proposições da pedagogia queer para constituição de contextos escolares emancipatórios. **Revista Educação em Questão**, v.44, n.30, Rio Grande do Norte, set-dez. 2012. p.110-138. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4083/3350>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

PERUCCHI, J. Dos estudos de gênero àst queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. **Anais...** Maceió: Associação Brasileira de Psicologia, 2009. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=350&Itemid=96>. Acesso em: 31 mar. 2016.

SAWAIN, T.N. **Para além do binários:** os queer e o heterogênero. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/287/203>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SEFFNER, F. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, R.D. (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009. p.125-139.

TORRES, D.B.; VIEIRA, L.F. As travestis na escola: entre nós e estratégias de resistência. **Quaderns de Psicologia**, v17, n. 3, Barcelona, 2015. p.45-58. Disponível em: <<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-torres-vieira>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

VENTURA, M.; CORREIA, S. Adolescência, sexualidade e reprodução: construções culturais, controvérsias normativas, alternativas interpretativas. **Cad. Saúde Pública**, v.22, n.7, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n7/14.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

Data do recebimento: 14 de Agosto de 2016

Data da avaliação: 30 de Agosto de 2016

Data de aceite: 30 de Agosto de 2016

1 Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – Unit-AL.

E-mail: silvio.albuquerque@hotmail.com

2 Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – Unit-AL.

E-mail: flcassimirosilva@outlook.com

3 Psicóloga e Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL.

E-mail: thalitalima@gmail.com